ROBERTO RODRIGUES

O C. E. S. na Europa

O Tratado de Roma, de 1957 e criador da Comunidade Européia (hoje União Européia), adotou a idéia florescente desde 1950 em alguns países de instituir o Comitê Econômico e Social, cuja primeira sessão oficial se deu em 1958.



O Comitê é composto por representantes dos conselhos econômicos e sociais dos países membros. O gradual crescimento da UE e os sucessivos tratados entre seus componentes foi ampliando suas funções e responsabilidades.

A mais importante tarefa do Comitê é dar pareceres à Comissão da União Européia e ao Parlamento Europeu em todos os campos de procedimentos legislativos no Velho Continente, sempre buscando soluções harmoniosas para as relações entre os agentes de desenvolvimento econômico e social, na área pública e na área privada. Para isso reúne representantes de trabalhadores, empregadores e outros setores, como profissionais liberais, academias e organizações do terceiro setor.

Pelo diálogo entre os segmentos representados busca-se o consenso ou linhas comuns de pensamento sobre questões que envolvam interesses coletivos ou até mesmo de grupos específicos dentro de cada país, sem tirar o peso das diferentes idéias e opiniões políticas das instituições.

Na verdade, essa é a orientação geral da proposta do Comitê Europeu. Mas em cada país há um C.E.S. estabelecido segundo a cultura e as tradições que lhe são peculiares. Um exemplo é o da Grécia, de história riquíssima, cultura extraordinária e imensa experiência na busca do entendimento. Seu Conselho foi estabelecido por lei federal em 1994, o que parece uma contradição, dadas suas tradições. Mas é preciso lembrar que a Grécia entrou na UE em 1989 e só cinco anos após esse fato o país criou o C.E.S.

O C.E.S. desenvolve esforços para maximizar benefícios sociais ou minimizar possíveis efeitos negativos advindos de decisões governamentais. Evidentemente, através dos laços oficiais tenta inibir ações governamentais que considere negativas. Garante a seus componentes autonomia e direito de expressar seus pontos de vista livremente, dentro e fora do Conselho, e o princípio da participação igualitária, assim como os interesses específicos de cada um.

No caso grego, o C.E.S. expressa suas posições ao governo e ao parlamento em assuntos tão variados como relações de trabalho (legislação trabalhista), seguridade social, tributação, e políticas socioeconômicas gerais, como desenvolvimento regional, investimentos públicos, proteção ao consumidor, exportações, importações etc. O importante é que, criado por lei, o Conselho é ouvido e respeitado pelas autoridades competentes: abre um canal formal de comunicação da sociedade com o governo.

No Brasil, na área econômica, havia um modelo semelhante quando o Conselho Monetário Nacional tinha representantes dos diversos setores, inclusive trabalhadores. Mas durante o governo Itamar Franco a participação privada foi extinta.

Já houve Conselho Nacional de Política Agrícola no Ministério da Agricultura, hoje meio desativado, apesar da forte pressão das entidades de classe do agronegócio para reestruturá-lo; houve o Conselho Empresarial de Competitividade no Ministério da Indústria e Comércio, hoje do Desenvolvimento; no Itamaraty há um excelente Comitê Empresarial de Comércio Exterior que funciona bem. Mas falta um órgão que reúna os setores todos da sociedade civil e que tenha poder legal de dar sugestões tanto ao Executivo como ao Legislativo. – o que talvez tivesse feito avançar muito as reformas tributária, política e até a do Judiciário.

Na Grécia o Conselho tem 48 membros divididos em três grupos: grupo de empregadores (indústria, pequenos negócios, *traders*, comércio, bancos, armadores, entre outros); dos trabalhadores dos diversos setores; de outras categorias (cooperativas agrícolas, associações rurais, profissionais liberais, consumidores, academias). O presidente é indicado pelo governo, de lista tríplice oferecida pelos conselheiros, facilitando o permanente acesso do Comitê ao Executivo.

Na Itália esse método está construindo um grande pacto social nacional, chamado Concertazione, em busca do desenvolvimento sustentável para o país.

Não seria esse modelo o caminho para o amadurecimento de nossas instituições e da própria democracia brasileira?

Roberto Rodrigues é engenheiro agrônomo e agricultor, presidente da ACI e da Abag e professor de economia rural da Unesp.